



Informativo Plenarium

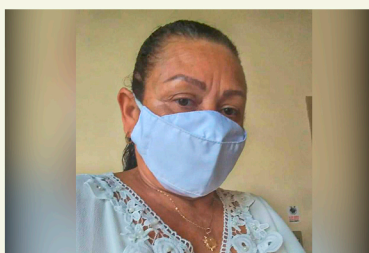
Informativo oficial do TRE-SE | Ano XIV - nº 44 - setembro de 2021



**TRE-SE ALCANÇA O 2º LUGAR
NO RANKING NACIONAL
DA TRANSPARÊNCIA**



INCENTIVO TOTAL À PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA



Destaque do mês de setembro: **Débora Cristina**, servidora da 21ª ZE



TRE-SE realiza a **3ª Reunião de Análise da Estratégia**



Centro de Memória Eleitoral lança **Tour Virtual**

Editorial

A edição de setembro do informativo PLENARIUM reforça, na matéria de capa, o compromisso da Justiça Eleitoral com o incentivo à maior participação feminina na política. Com essa finalidade, elaborou-se a nova campanha estrelada pela atriz e embaixadora da *ONU Mulheres* **Camila Pitanga** (sem cachê). A campanha aborda a violência de gênero na política e já está sendo divulgada em todas as emissoras de TV e de rádio do país, bem como nas redes sociais da Justiça Eleitoral desde o começo de agosto.

Três matérias especiais compõem o informativo. A primeira delas trata da segunda colocação no *Ranking Nacional da Transparência 2021*, alcançada pelo TRE-SE. Foram avaliados os 92 tribunais brasileiros, inclusive os tribunais superiores, englobando a Justiça Comum, a Federal, a Militar, a do Trabalho e a Eleitoral. Com a pontuação de 99,48%, o TRE-SE ficou empatado em segundo lugar com os TREs do Amazonas, Bahia, Rio Grande do Norte e Rondônia.

A segunda matéria especial relembra a terceira Reunião de Análise da Estratégia (RAE) de 2021. O objetivo do encontro foi analisar o desempenho do Tribunal em relação aos indicadores estratégicos contidos nos Macrodesafios. O Planejamento Estratégico 2021–2026 está estruturado em dez Macrodesafios, e, dentro deles, há 20 indicadores.

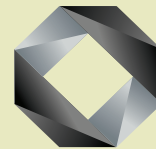
A última reportagem especial destaca o lançamento do primeiro *Tour Virtual* em vídeo da Justiça Eleitoral, utilizando a tecnologia da Realidade Virtual / Vídeos em 360 graus. Trata-se de uma visita guiada ao Centro de Memória da Justiça Eleitoral de Sergipe. O vídeo consta no YouTube VR, é possível assistir a ele tanto ao computador quanto utilizando *tablet* ou *smartphone*. O material está disponibilizado na resolução de 5,7k.

No nosso espaço destinado à Memória Eleitoral, rememoramos os 60 anos da renúncia de Jânio Quadros. Jânio venceu a eleição presidencial de 1960. O símbolo de sua campanha foi a vassoura, que “limparia” a corrupção. Ele praticou uma abordagem econômica desagradável a políticos que o apoiavam, a setores das Forças Armadas e a outros segmentos. A política externa de aproximação comercial com países desalinhados com as diretrizes capitalistas também colaborou para que ele perdesse apoio. Jânio passou sete meses no cargo e renunciou.

A coluna ACONTECEU traz uma síntese dos principais acontecimentos do mês de agosto na Justiça Eleitoral de Sergipe. Entre eles, a reunião do conselho de governança; o lançamento do Repertório Temático de Julgados (Biênio 2019-2020); as visitas do presidente da OAB-SE, **Inácio Krauss**, e do coronel de infantaria **Marco Aurélio Magalhães Cavalcanti**, comandante do 28º Batalhão de Caçadores do Exército; e o relatório de atendimentos da Ouvidoria Regional Eleitoral, que recebeu 3.748 chamados de eleitores no período de 1º/1/2021 a 31/7/2021.

No espaço reservado ao servidor destaque do mês, homenageamos **Débora Cristina Silva dos Santos**, lotada na 21ª Zona Eleitoral (São Cristóvão). Débora tem formação de Técnica em Contabilidade e, desde 16 de março de 2011, atua pelo Juízo Eleitoral da 21ª ZE.

Que você tenha agradável leitura!
Equipe ASCOM.



ASCOM
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO TRE/SE

PRESIDENTE

Desembargador Roberto Eugênio da Fonseca Porto

VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR REGIONAL ELEITORAL

Desembargadora Iolanda Santos Guimarães

JUÍZES MEMBROS

Gilton Batista Brito

Edivaldo dos Santos

Raymundo Almeida Neto

Clarisse de Aguiar Ribeiro Simas

Marcos de Oliveira Pinto

PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL

Heitor Alves Soares

DIRETOR GERAL

Rubens Lisboa Maciel Filho

ASSESSOR DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL E JORNALISTA RESPONSÁVEL

Ricardo Augusto Ferreira Ribeiro

DRT 1037

REVISÃO

André Frossard

João Lover

Kátia Gomes

PROJETO GRÁFICO

Jéssica Alves

Luigi Abdias

FOTOGRAFIAS

ASCOM

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

Centro Administrativo

Gov. Augusto Franco - CENAF

Lote 7 Variante 2 - Bairro Capucho

Sumário

Ética e integridade	4
Servidor(a) destaque do mês	5
Aconteceu	6
Participação feminina na política	8
TRE-SE é 2º lugar no Ranking Nacional da Transparência	12
3ª Reunião de Análise da Estratégia 2021	13
Centro de Memória lança Tour Virtual	15

Memória Eleitoral



60 anos da renúncia de Jânio Quadros

Jânio Quadros venceu a eleição presidencial de 1960. O símbolo da campanha foi a vassoura, que varreria a corrupção. Na época, as chapas de presidente e vice-presidente eram independentes, **João Goulart**, do PTB, foi eleito o vice. Jânio passou sete meses no cargo e renunciou. Ele praticou uma política econômica desagradável a políticos que o apoiavam, a setores das Forças Armadas e a outros segmentos. A renúncia desencadeou uma crise institucional: os ministros militares e as classes dominantes não aceitaram a posse do vice-presidente, João Goulart.

Jânio Quadros perdeu apoio quando adotou política econômica austera e política externa independente. Houve crise financeira aguda por conta dos índices de inflação, déficit da balança comercial e crescimento da dívida externa. O governo restringiu o crédito, congelou os salários e incentivou as exportações.

Os ânimos da oposição ficaram acirrados por Jânio ter nomeado ministro das Relações Exteriores **Afonso Arinos**, que alterou radicalmente os rumos da política externa. Outros atos impactaram, por exemplo: as condecorações oferecidas por Jânio ao guerrilheiro revolucionário **Ernesto "Che" Guevara** (condecoração: Ordem do Cruzeiro do Sul) e ao astronauta soviético **Yuri Gagarin**, além da vinda do ditador cubano **Fidel Castro** ao Brasil.

Segundo estudiosos, Jânio Quadros esperava que a política externa ampliasse o mercado consumidor estrangeiro em relação aos produtos brasileiros. A política externa independente desagradou o governo norte-americano. Jânio recebeu duras críticas da UDN (partido ao qual era vinculado) e sofreu oposição das elites conservadoras e dos militares. Aos sete meses de mandato, o governo de Jânio ficou isolado. Jânio Quadros renunciou em 25 de agosto de 1961. Dizem que a renúncia foi um dos atos espetaculares do estilo Jânio: o presidente pretendia causar comoção popular; e o Congresso pediria o retorno dele ao governo. Não aconteceu. A renúncia foi aceita; e a população ficou indiferente. Registros históricos apontam que Jânio atirava pó sobre os ombros simulando caspa durante os comícios, no sentido de parecer "homem do povo", tirava do bolso sanduíches de mortadela e os comia publicamente...

Aniversariantes DE SETEMBRO

- 02 Evanilde de Jesus
- 04 Frederico Almeida Santana
- 04 Marcus André de Vieira Mendes
- 04 Valdeco do Nascimento Vieira
- 06 Luciano Silva Chagas
- 09 Edmundo de Almeida
- 10 Cecília Delgado Nunes de Alencar
- 10 Luiz Marcone Rabelo de Carvalho
- 10 Marcel Silva Nunes
- 13 Ana Karla Carvalho Monteiro
- 13 Edilaine Rezende de Andrade
- 13 Micheline Barboza de Deus
- 13 Ysllan Luiz Santos Silva
- 14 Jânison Couto Lucas
- 14 Norival Navas Neto
- 17 Ricardo Magno da Silva Júnior
- 17 Selma de Jesus Santos
- 18 Andréa Campos Silva Cruz
- 18 Flavio Nascimento de Sena e Silva
- 19 Iguassu Cândido Pereira Ramalho
- 21 Maria Genúzia de Jesus Costa
- 22 Ana Patrícia Franca Ramos Porto
- 22 Carlos Leonidas Nunes
- 24 Carla Nunes Novaes
- 26 Josélia Silva Santos
- 27 Claudio Gonçalves de Souza
- 29 Marcos Antonio Alves de Almeida

Ética e integridade

por Iolanda Santos Guimarães

No quarto artigo da série *ética e integridade*, falaremos de algumas vedações previstas na legislação pertinente e no nosso Código de Ética, as quais se aplicam aos servidores, às servidoras, aos colaboradores e às colaboradoras da Justiça Eleitoral de Sergipe. Lembre-se de que, conforme explicado no primeiro artigo, entende-se por colaborador(a) o(a) estagiário(a), o(a) terceirizado(a) e todo aquele ou toda aquela que preste serviço ou desenvolva qualquer atividade de natureza permanente, temporária ou excepcional, mesmo que sem retribuição financeira direta ou indireta.

Adentrando nas vedações propriamente ditas, o artigo 11 do nosso Código de Ética, nos incisos e nas alíneas, traz um rol de condutas defesas, as quais visam a assegurar a probidade administrativa e a garantir os mais altos padrões de comportamento profissional do corpo funcional da Justiça Eleitoral sergipana.

Entre as proibições referentes ao servidor público, destacamos: exercício de advocacia; prestar consultoria técnica ou qualquer tipo de serviço a partidos políticos, candidatos ou a qualquer pessoa física ou jurídica ligada direta ou indiretamente ao processo eleitoral, bem como a empresas licitantes ou contratadas pelo TRE-SE; usar o cargo, função ou o exercício de quaisquer atividades na Justiça Eleitoral de Sergipe, bem como facilidades, amizades, tempo, posição e influências dele decorrentes para obter qualquer vantagem, promessa de vantagem, utilidade ou favorecimento para si ou para outrem.

O catálogo de vedações proíbe utilizar servidor, colaborador, prestador de serviço ou recursos materiais da instituição para atender a interesse particular. Também é vedado adotar qualquer conduta que interfira no desempenho do trabalho ou que crie ambiente hostil, ofensivo ou de intimidação, tais como



ações tendenciosas geradas por simpatias, antipatias ou interesses de ordem pessoal, sobretudo e especialmente, o assédio sexual ou moral, no sentido de desqualificar outros, por meio de palavras, gestos ou atitudes que ofendam o(a) servidor(a) em relação à autoestima, à segurança, ao profissionalismo ou à imagem.

Recomendamos a leitura atenta de nosso Código de Ética (Resolução TRE-SE n. 120/2015). Impende reforçar que muitas vedações contidas em nosso normativo são tipos penais previstos na legislação. Na próxima edição do informativo PLENARIUM, voltaremos com mais conteúdo referente à Ética e Integridade.

Até breve!

Destaque do mês de setembro

Servidora da 21ª Zona Eleitoral homenageada: Débora Cristina Silva dos Santos

No âmbito de Sergipe, a Justiça Eleitoral está repleta de servidores dedicados e com elevada competência. É o caso de **Débora Cristina Silva dos Santos**, requisitada que exerce as atividades no Cartório Eleitoral da 21ª Zona: circunscrição correspondente ao município de São Cristóvão.

Débora tem formação de Técnica em Contabilidade (ensino médio), ocupa o cargo efetivo de Auxiliar de Escritório III da Prefeitura Municipal de São Cristóvão. Desde 16 de março de 2011, atua pelo Juízo Eleitoral da 21ª Zona.

Débora Cristina representa disposição, boa vontade e destreza na execução do trabalho. Ela sabe tudo do Sistema ELO (Cadastro Eleitoral), notadamente, em relação à convocação de mesários e de outros agentes públicos. Principalmente, exerce as seguintes atividades: atendimento ao público (presta serviço a quem pretende conseguir o primeiro título de eleitor,

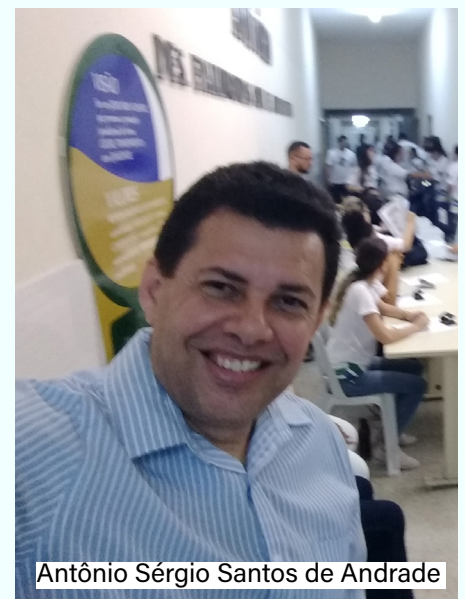
transferência, revisão e segunda via); protocola e registra documentos, executa os comandos relacionados aos códigos ASE (atualização da situação eleitoral); é oficial de justiça *ad hoc*; auxilia nos trabalhos eleitorais; fornece certidões eleitorais; atua nos procedimentos de arquivamentos físico e descarte de materiais; e realiza outras atividades administrativas. Representa apoio e segurança para o chefe de cartório.

Em depoimento, o chefe de cartório da 21ª ZE, **Antonio Sérgio Santos de Andrade**, referiu-se à servidora: “Débora é a servidora polivalente do cartório, está sempre atenta em manter a qualidade do atendimento aos eleitores. No período eleitoral, desempenha papel-chave na parte logística, assume a missão e executa, com maestria, a convocação dos mesários, entre outras tarefas primordiais relacionadas ao pleito. Débora comandou a equipe do cartório na tarefa de escanear todos os documentos correspondentes aos



Débora Cristina Silva dos Santos

arquivos da 21ª ZE. Dedicada, responsável e uma excelente colega trabalho: assim, sem dizer tudo, podemos resumir a colega e amiga.”



Antônio Sérgio Santos de Andrade

ACONTECEU

Reunião do Conselho de Governança



Os membros do Conselho de Governança do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) reuniram-se no dia 19 de agosto e discutiram sobre o relatório referente às atividades de auditoria interna realizadas no exercício 2020.

Na reunião, o diretor-geral do Tribunal, **Rubens Lisboa**, ressaltou que a Coordenadoria de Auditoria Interna (COAUD) apresentou o relatório 02/2021, dando origem a processo específico no SEI, cuja relatoria coube à Dra. **Clarisse Ribeiro Simas**. “O relatório destaca o Plano de Auditoria do exercício 2020, o desempenho da COAUD, as auditorias efetivamente realizadas, as inconsistências encontradas, os riscos detectados e as recomendações às diversas unidades do TRE-SE”, explicou o diretor-geral.

Participaram do encontro o presidente do TRE-SE, Des. **Roberto Eugênio da Fonseca Porto**, a vice-presidente e corregedora, Des. **Iolanda Santos Guimarães**, o ouvidor regional eleitoral, **Edivaldo dos Santos**, e o diretor-geral do TRE-SE, **Rubens Lisboa**. O coordenador de planejamento, estratégia e governança, **Marcelo Gerard**, atuou como secretário da reunião, na qual esteve, como convidada, a coordenadora da assessoria dos juízes-membros, **Alessandra Santos Cerqueira**.

Tribunal disponibiliza o Repertório Temático de Julgados (Biênio 2019-2020)



A Secretaria Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe disponibilizou, para conhecimento do público em geral (magistradas e magistrados, advogadas e advogados, servidoras e servidores, estudantes e outros), o Repertório Temático de Julgados do TRE/SE (Bienal 2019-2020), o qual consiste na coletânea de decisões proferidas pelo Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe no biênio 2019/2020, organizada por temas, em continuidade às edições anteriores.

Nesta edição, o trabalho aborda diversos aspectos e temas jurídicos, tais como: abuso de poder político e/ou conduta vedada; captação ilícita de recursos, captação ilícita de sufrágio; conflito negativo de competência; consulta; crime eleitoral; decadência; domicílio eleitoral; embargos de declaração; filiação partidária; impedimentos e/ou suspeições; mandado de segurança; pesquisa eleitoral; prestação de contas de campanha; prestação de contas de exercício financeiro; registro de candidatura; requerimento de regularização referente à omissão de prestação de contas; e requisição de servidora e de servidor.

O presidente do TRE-SE recebeu o presidente da OAB – Seccional SE



Reafirmando a confiabilidade nas urnas eletrônicas, a Ordem dos Advogados do Brasil formalizou o pedido e utilizará, em novembro deste ano, urnas que serão disponibilizadas pelo Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) nas eleições dos advogados e das advogadas que representarão a OAB-SE no próximo triênio.

O presidente do TRE-SE, desembargador **Roberto Eugênio da Fonseca Porto**, autorizou a liberação de quarenta urnas eletrônicas para as referidas eleições. Além do presidente da OAB-SE, **Inácio Krauss**, estiveram na reunião o presidente da Comissão de Direito Eleitoral da Seccional, **Jefferson Feitoza**, o vice-presidente da comissão, **Wesley Araújo**, e o assessor de imprensa e comunicação social do TRE-SE, **Ricardo Ribeiro**.

A C O N T E C E U



Comitê Gestor Regional de Priorização do 1º Grau de Jurisdição

No dia 10 de agosto, pela plataforma virtual Zoom, reuniu-se o Comitê Gestor Regional de Priorização do 1º Grau de Jurisdição (CGRP1) do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE). Foi discutido o planejamento em relação ao cumprimento das metas estipuladas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para este exercício. Foram debatidos temas propostos pelos servidores dos cartórios eleitorais: decidiu-se pelo encaminhamento das sugestões referentes às demandas à Presidência.

Dirigiu a pauta o juiz presidente do CGRP1, Dr. **Alex Caetano de Oliveira**. Compuseram a reunião a juíza titular, **Eliane Cardoso Costa Magalhães** (1ª ZE), a juíza suplente, **Jane Silva Santos Vieira** (2ª ZE), e as servidoras **Nathalie Malhado Gomes de Siqueira**, secretária do CGRP1, e **Rosa Angélica Almeida Ribera**, membro, representante da Corregedoria Regional Eleitoral de Sergipe (CRE-TRE-SE).

A representante da Corregedoria aproveitou a oportunidade e informou que, desde o dia 10 de agosto, os servidores da corregedoria começaram as visitas de inspeção cartorária, que devem ser concluídas até dezembro de 2021. A CRE ressalta que, em ano não eleitoral, a meta da corregedoria é inspecionar 100% das Zonas Eleitorais. A 4ª Zona Eleitoral (Boquim) foi a primeira visitada. O encerramento das atividades de inspeção neste ano deve acontecer com a visita à 27ª ZE, agendada para o dia 02/12/2021.



Presidente do TRE-SE recebeu visita do comandante do 28º BC

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, Des. **Roberto Eugênio da Fonseca Porto**, recebeu, na manhã do dia 10, a visita do coronel de infantaria **Marco Aurélio Magalhães Cavalcanti**, comandante do 28º Batalhão de Caçadores.

O Des. Roberto Porto lembrou que a Justiça Eleitoral de Sergipe e o 28ºBC têm um excelente histórico de trabalho conjunto. “Em todas as oportunidades em que foi instado a colaborar com o processo eleitoral, o Exército Brasileiro, representado pelo 28º Batalhão de Caçadores, sempre desempenhou com maestria o seu papel, garantindo a ordem para que a população pudesse votar com tranquilidade e sem qualquer tipo de embaraço”, destacou o presidente do TRE-SE.

A reunião ocorreu no gabinete da presidência do TRE-SE e contou com a presença do diretor-geral do TRE-SE, **Rubens Lisboa**.



Relatório dos atendimentos 2021 da Ouvidoria – TRE-SE

Cumprindo as determinações relacionadas à excelência dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral e ao acesso à informação, a Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), comandada pelo juiz ouvidor, **Edivaldo dos Santos**, disponibilizou o relatório referente aos atendimentos do período de 1º/1/2021 a 31/7/2021. A Ouvidoria Eleitoral realizou 3.748 (três mil, setecentos e quarenta e oito) atendimentos.

Os atendimentos por WhatsApp correspondem a 65,21% dos chamados; o telefone foi utilizado por 30,23% dos eleitores e os demais meios (*e-mail*, formulário eletrônico e presencial) totalizam 4,56% da estatística.

O assunto título eleitoral (2.651 registros) representou 70,73% dos atendimentos. O atendimento por WhatsApp foi disponibilizado a partir de 7/7/2020. O relatório da Ouvidoria destaca que o atendimento pelo WhatsApp superou o telefônico em todos os meses de 2021. O atendimento automatizado pelo WhatsApp proporciona acesso aos serviços a qualquer hora, inclusive nos finais de semana, recesso e feriados.



Camila Pitanga não recebeu cachê para participar desta campanha

INCENTIVO TOTAL À PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA

O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) reforça o incentivo à maior participação feminina na política. A nova campanha nesse sentido, produzida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), é estrelada pela atriz e embaixadora da *ONU Mulheres* **Camila Pitanga** (sem cachê). A campanha aborda a violência de gênero na política e já está sendo divulgada em todas as emissoras de TV e de rádio do país, bem como nas redes sociais da Justiça Eleitoral desde o começo de agosto.

Foram coletados depoimentos de mulheres que sofreram violência de gênero na política. Além de Camila Pitanga, as peças são estreladas por atrizes que representam a diversidade feminina: idosas, indígenas, jovens, transgêneros e negras. A tônica é imprimir representatividade aos materiais de divulgação.

Garantir mais mulheres na política tem sido uma das maiores preocupações e lutas da Justiça Eleitoral nos últimos anos. O presidente do TSE, ministro **Luís Roberto Barroso**, defende isso com veemência.

Um pouco da história das desbravadoras mulheres na política brasileira

A primeira deputada do Brasil foi **Carlota Pereira de Queiróz** (1934). Até esse ponto, a luta foi grande e continua sendo... Em 2019, houve recorde em relação à participação feminina no Congresso Nacional: foram eleitas 7 senadoras, o número passou a ser 12 em exercício; na Câmara Federal, foram eleitas 77 deputadas federais. As candidatas mais bem votadas: a deputada federal **Joice Hasselmann** (1.078.666 votos) e, para o Senado, a juíza **Selma Rosane Santos Arruda** (do PSL-MT) obteve 700 mil votos.

Foram eleitas mulheres para comandar 12% das prefeituras na última eleição municipal de 2020. Os municípios governados por mulheres correspondem a 7% da população brasileira. 91% das mulheres foram eleitas em municípios com até cinquenta (50) mil habitantes.

No Brasil, em 25 de novembro de 1927, o primeiro voto conquistado por uma mulher ocorreu em Mossoró, Rio Grande do Norte, estado que era governado por **Juvenal Lamartine**. A professora **Celina Guimarães Viana**, por conta da lei estadual 660/1917, conseguiu ser candidata. Depois, outras

mulheres galgaram o mesmo direito. Ainda, no Rio Grande do Norte, no município de Lajes, **Luíza Alzira Soriano Teixeira** foi a primeira prefeita eleita no Brasil e em toda a América Latina, em 1928.

Em 1932, no governo **Getúlio Vargas**, foi instituído o Código Eleitoral Brasileiro, que determinou que todo cidadão maior de 21 anos era eleitor, estabelecendo o direito de as mulheres votarem. Mas as mulheres não eram obrigadas a votar, e o direito de votar dependia da autorização do marido. **Carlota Pereira de Queiróz**, em São Paulo, em 1934, tornou-se a primeira deputada federal eleita no país, durante o governo Vargas. “Além de representante feminina, única nesta Assembleia, sou, como todos os que aqui se encontram, uma brasileira, integrada nos destinos do seu país e identificada para sempre com os seus problemas”, disse Carlota.

A Constituição de 1934 consagrou, pela primeira vez, o princípio da igualdade entre os sexos e proibiu diferenças salariais por motivo de gênero. Garantiu também o direito das trabalhadoras da indústria por insalubridade e garantias como assistência médica para gestantes e descanso antes e depois do parto pela Previdência Social. Depois de doze anos, a obrigatoriedade do voto foi estendida às mulheres.

Importantíssimo citar Bertha Lutz, a maior líder na luta pelos direitos políticos das mulheres brasileiras. Zoóloga, **Bertha Maria Júlia Lutz** empenhou-se pela aprovação da legislação a qual outorgou o direito de as mulheres votarem e de serem votadas. Ela iniciou a carreira política em 1934, foi candidata à Câmara dos Deputados pelo Rio de Janeiro pelo Partido Autonomista do Distrito Federal. Com a morte do deputado titular **Cândido Pessoa**, ela deixou a suplência e assumiu o cargo, tomando posse em 28 de junho de 1936.

A seguir, as pioneiras na escalada da mulher na política brasileira:



A primeira vereadora: foi eleita **Joana Cacilda Bessa** a primeira vereadora do Brasil em 2 de setembro de 1928. Na época, poucas mulheres votaram; e os votos foram cancelados pelo Congresso Nacional. Cacilda normalmente é lembrada como a primeira eleitora de Pau dos Ferros, mas foi a primeira vereadora do Brasil, no Rio Grande do Norte.



A primeira prefeita: no município de Lajes, **Luíza Alzira Soriano Teixeira** foi a primeira prefeita eleita no Brasil e em toda a América Latina, em 1928.

A primeira deputada federal: Em São Paulo, **Carlota Pereira de Queiróz** foi eleita durante o governo Vargas em 1934: grande defensora das causas femininas no Congresso Nacional.



A primeira senadora: professora e política brasileira, **Eunice Mafalda Berger Michiles** representou o Amazonas no Congresso Nacional: a primeira mulher a ocupar um lugar no Senado Federal depois da **Princesa Isabel**.



A primeira senadora negra: nascida em Salvador, no dia 7 de julho de 1923, **Laélia Contreiras Agra de Alcântara** formou-se em Medicina pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 1949. Elegeu-se senadora pelo Acre (1981 a 1983). Foi presidente do Conselho Regional de Medicina do Acre e integrante do Parlamento Latino Americano.



A primeira ministra do Supremo Tribunal Federal (STF): a primeira mulher a ser ministra da Suprema Corte foi **Ellen Gracie Northfleet**, que nasceu no Rio de Janeiro. Eleita no ano 2000, em 2006, ela tornou-se também a primeira presidente do STF.



A primeira governadora: professora e política brasileira, **Iolanda Ferreira Lima** governou o Acre (1986 a 1987).



A primeira ministra do Executivo: de 1982 a 1985, **Esther de Figueiredo Ferraz** ocupou o Ministério da Educação e Cultura (MEC).



A primeira procuradora geral da República: a senhora **Raquel Elias Ferreira Dodge**, na 41ª vez, tornou-se chefe da Procuradoria-Geral.



A primeira presidente: duas vezes presidente da República (em 2010 e em 2014), **Dilma Rousseff** foi a primeira mulher a comandar o Brasil. Curiosidade: a presidência da República brasileira foi o primeiro cargo público eleitoral disputado por Dilma.

**MAIS LIDERANÇAS
FEMININAS
= MAIS IGUALDADE E
MAIS JUSTIÇA**



TRE-SE alcança o 2º lugar no Ranking Nacional da Transparência



O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) alcançou a segunda colocação no Ranking Nacional da Transparência 2021, levado a cabo pelo CNJ em uma seara que envolveu todos os 92 tribunais brasileiros, inclusive os tribunais superiores, englobando a Justiça Comum, a Federal, a Militar, a do Trabalho e a Eleitoral.

O resultado foi divulgado durante a 2ª Reunião Preparatória do 15º Encontro Nacional do Poder Judiciário. Com a pontuação de 99,48%, o TRE-SE ficou empatado na segunda colocação com os TRES do Amazonas, Bahia, Rio Grande do Norte e Rondônia. O Tribunal de Justiça do Pará atingiu a pontuação máxima, conquistando o primeiro lugar.

Por meio de um questionário eletrônico, os tribunais responderam até 83 itens, divididos em nove temas: gestão; audiências e sessões; serviços de informações ao cidadão (SIC); tecnologia da informação e comunicação; gestão orçamentária; licitações, contratos e instrumentos de cooperação; gestão de pessoas; auditoria e prestação de contas; sustentabilidade e acessibilidade.

O presidente do TRE-SE, Des. **Roberto Eugênio da Fonseca Porto**, e o diretor-geral do Tribunal, **Rubens Lisboa**, celebraram a

excelente classificação da Justiça Eleitoral de Sergipe.

“É motivo de orgulho presidir um Tribunal com servidores tão dedicados à missão de bem servir à população. A publicidade/transparência é um princípio constitucional que deve nortear os gestores públicos. Atingir a segunda colocação entre 92 tribunais brasileiros é uma conquista expressiva”, disse o presidente Roberto Porto.

O diretor-geral evidenciou o dedicado trabalho dos servidores. “O resultado ora festejado é fruto do empenho de todas as unidades publicadoras e da coordenação efetivada pelo Comitê Gestor de Conteúdo de Internet e Intranet (CGCI)”, pontuou Rubens.

Instituído pela Resolução CNJ n. 260/2018, o Ranking foi criado para estimular os órgãos do Judiciário a disponibilizarem as informações de forma mais clara e padronizada à sociedade, tornando mais fácil o acesso aos dados de gestão.

Em 2020, empatados na primeira colocação, com 98,56% de qualificação, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) e o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA).



Des. Roberto Eugênio da Fonseca Porto

3ª Reunião de Análise da Estratégia 2021



Com os devidos cuidados sanitários (distanciamento e uso de equipamentos de segurança), o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) realizou a terceira Reunião de Análise da Estratégia (RAE) de 2021.

O presidente do TRE-SE, Des. **Roberto Eugênio da Fonseca Porto**, abriu o evento cumprimentando a todos e a todas, ressaltando a essencialidade da RAE, por ser um importante instrumento de gestão. Em seguida, passou a palavra ao coordenador de planejamento estratégia e governança do TRE-SE, **Marcelo Gerard**.

O objetivo do encontro foi analisar o desempenho do Tribunal em relação aos indicadores estratégicos contidos nos Macrodesafios. O Planejamento Estratégico 2021–2026 está estruturado em dez Macrodesafios e, dentro deles, há 20 indicadores.

Marcelo Gerard apresentou os resultados conforme a evolução de cada item. Entre os indicadores que já atingiram a meta estipulada, estão o n. 2 (Pesquisa de satisfação do cliente quanto aos serviços prestados), 104%. O indicador n. 2 está inserido no Macrodesafio FORTALECIMENTO DAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS COM A SOCIEDADE.

O indicador n. 4, que mede a taxa de congestionamento das execuções fiscais, já alcançou 94% da meta. Está inserido no Macrodesafio AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.

Alguns índices, notadamente os relativos aos Macrodesafios APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAL e APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, somente serão concluídos no final do ano, após a execução do orçamento.

Participaram o presidente do Tribunal, Des. **Roberto Eugênio da Fonseca Porto**, a vice-presidente e corregedora, Des. **Iolanda Santos Guimarães**, o ouvidor eleitoral, Dr. **Edivaldo dos Santos**, o juiz diretor da EJSE, Dr. **Marcos de Oliveira Pinto**, o diretor-geral, **Rubens Lisboa Maciel Filho**, o coordenador de planejamento, estratégia e governança, **Marcelo Gerard Almeida de Andrade**, o chefe da SEGEF, **Marcelo Barreto Filho**, o secretário da SAO, **Norival Navas Neto**, o secretário da SGP, **Luciano Augusto Barreto Carvalho**, **Lidia Cunha Mendes de Matos** (EJSE), a coordenadora da CRE, **Rosa Angélica Almeida Ribera**, o coordenador de registro, processamento de

feitos da SJD, **Guilherme Augusto Gonçalves Muniz**, o secretário da STI em substituição, **Cosme Rodrigues de Souza**, e **André Frossard Signes**, da Assessoria de Imprensa e Comunicação Social.



Des. Roberto Eugênio da Fonseca Porto

A seguir, com o intuito de dar a máxima publicidade e transparência aos atos e ações do Tribunal, elencamos todos os Macrodesafios da Justiça Eleitoral para o ciclo de gestão 2021-2026:

1º Macrodesafio: garantia dos direitos da cidadania. Possui como indicador o índice de acesso à justiça e será medido pelo acesso à justiça, pensado a partir de três variáveis: cidadania, população e Judiciário.

2º Macrodesafio: fortalecimento da relação institucional da JE com a sociedade. São dois indicadores. O primeiro é a Pesquisa de Avaliação do TRE-SE, que medirá a satisfação do cliente quanto aos serviços prestados pela Justiça Eleitoral. O segundo indicador é o Índice de Transparência, que será medido com base no Ranking da Transparência do Conselho Nacional de Justiça.

3º Macrodesafio: agilidade e produtividade na prestação jurisdicional. Com 4 indicadores: Taxa de congestionamento das execuções fiscais; Taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais; Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional e Tempo de tramitação dos processos pendentes, considerando as fases dentro do Judiciário.

4º Macrodesafio: enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos atos ilícitos eleitorais. Possui 2 indicadores. O primeiro é o Tempo médio dos processos

pendentes de improbidade, corrupção e crimes eleitorais. O segundo indicador trata-se do Índice de julgamento de prestação de contas com verbas do Fundo Partidário.

5º Macrodesafio: consolidação do sistema de precedentes obrigatórios. São indicadores o Tempo médio entre o trânsito em julgado/ ou sentença de mérito do precedente e a sentença de aplicação da tese e o tempo médio entre afetação/ admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas.

6º Macrodesafio: promoção da sustentabilidade. Indicador: o Índice de desempenho de sustentabilidade avaliará a implantação de práticas de sustentabilidade na execução dos serviços da Justiça Eleitoral sergipana.

7º Macrodesafio: aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária. Possui como Indicador o Índice de desempenho dos órgãos no prêmio CNJ de qualidade nos eixos de “Governança e Dados de Tecnologia”.

8º Macrodesafio: aperfeiçoamento da gestão de pessoas. Possui como indicadores o Índice de absenteísmo/doença, o Percentual da força de trabalho total participante de ações de qualidade de vida no trabalho e o Índice de capacitação dos servidores.

9º Macrodesafio: aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira. Os indicadores deste macrodesafio são o Índice de execução do limite de pagamento, o Índice de execução das dotações para despesas discricionárias e o Índice de execução das dotações para projetos.

10º Macrodesafio: fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados. Possui como indicador o IgovTIC-JUD. Tal indicador medirá o nível de maturidade do TRE-SE no cumprimento das Diretrizes Estratégicas de Nivelamento especificadas na Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação (ENTIC-JUD).

Centro de Memória lança Tour Virtual



Orgulhosamente a Justiça Eleitoral de Sergipe lançou o primeiro Tour Virtual em vídeo utilizando a tecnologia da Realidade Virtual / Vídeos em 360 graus. Trata-se de uma visita guiada ao Centro de Memória da Justiça Eleitoral de Sergipe. O trabalho, fruto da iniciativa conjunta entre Escola Judiciária Eleitoral (EJESE) e a Assessoria de Imprensa e Comunicação Social (Ascom), foi produzido em parceria com a PopUp360.

O vídeo está disponível no YouTube VR, é possível assistir a ele tanto ao computador quanto utilizando *tablet* ou *smartphone*. O material está disponibilizado na resolução total de 5,7k. Para a máxima qualidade de visualização, recomendamos alterar as configurações de exibição do YouTube para a resolução mais alta.

O Tour Virtual começa do lado externo do edifício do Tribunal. O visitante percorre o trajeto até a entrada no Centro de Memória. Ao entrar no museu, o espectador conhece a história desde os três primeiros prédios sedes até as atuais instalações do TRE-SE. Mais à frente, um grande mural mostra a evolução quantitativa das Zonas Eleitorais no Estado. Em outro ponto, confere-se a história das Constituições do Brasil, desde o período imperial até a CF de 1988.

O passeio também apresenta os modelos de títulos eleitorais usados no início e na

segunda metade do século passado. Na última parte do vídeo, o espaço destinado a contar a história do voto no Brasil expressa a evolução do sistema de votação: primeiro, observam-se os pelouros (bolas de cera utilizadas para armazenar os nomes dos candidatos na época do Brasil colonial), por último, as urnas eletrônicas.

Para explorar o ambiente, basta você arrastar o cursor do *mouse* pela tela do computador e escolher o seu ponto de vista. Com esse sistema, o espectador tem a liberdade de olhar para frente, para trás, para cima ou para baixo. No *smartphone*, a lógica é a mesma, arrastar a tela com o dedo ou movimentar o telefone e mudar a perspectiva de exibição.

O especialista da PopUp360, responsável pela execução do projeto, **André Frossard Signes**, consultor certificado pela Google VR, explicou as vantagens de usar a tecnologia: “A frase emblemática, de autoria de Carl W. Buehner, diz – As pessoas esquecerão o que você disse, as pessoas esquecerão o que você fez. Mas elas nunca esquecerão como você as fez sentir. Os vídeos 360 proporcionam uma experiência sensorial e imersiva, colocam o espectador no comando. Ressalto que a experiência é amplificada exponencialmente utilizando os óculos VR.”

Conforme afirmou o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, Des. **Roberto Eugênio da Fonseca Porto**, a iniciativa é mais uma prova do pioneirismo da Justiça Eleitoral. “O uso de tecnologia de ponta é uma marca registrada do TRE-SE. E que venham mais projetos como esse, sempre visando a aproximar-se do público e a elevar os índices de transparência do trabalho. Parabens ao diretor da EJESE, o juiz membro **Marcos Oliveira Pinto**, e toda a equipe envolvida”, concluiu o desembargador Roberto Porto.

+ MULHERES NA POLÍTICA SEM VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A gente pode. O Brasil **precisa!**



www.tre-se.jus.br



Tribunal Regional Eleitoral
de Sergipe



ASCOM
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO TRE/SE